

CORREIO NACIONAL

Andressa Anholete/STF



Posição do relator é que itens fazem parte da cultura

STF vota por manter símbolos religiosos em órgãos públicos

O Supremo Tribunal Federal formou nesta segunda maioria de votos para permitir a continuidade do uso de símbolos religiosos em órgãos públicos de todo o país. Até o momento, a Corte tem seis dos 11 votos do plenário para rejeitar um recurso do Ministério Público Federal (MPF) que pede a proibição da utilização de crucifixos, imagens de santos e outros objetos nos prédios públicos.

Para o MPF, a permissão dos símbolos viola os princípios constitucionais

da liberdade de crença religiosa e da laicidade do Estado.

Prevalece no julgamento virtual o voto do relator, ministro Cristiano Zanin. O ministro ressaltou que o cristianismo faz parte da formação da sociedade brasileira e que os feriados alusivos à religião, os nomes de cidades, estados e locais públicos fazem parte da cultura do Brasil. Dessa forma, segundo o ministro, a manutenção dos símbolos nas repartições não é inconstitucional.

Cuidado às mulheres pretas

Em evento virtual, a Fiocruz promoveu o "Diálogos para a Equidade: Saúde da Mulher Negra e 10 Passos", para debater ações de prevenção à morte materna de mulheres negras. São três as principais causas diretas de morte materna: hipertensão, hemorragia e altos índices de cesariana.

Contribuir para a redução da mortalidade materna no Brasil é focar em ações que abordem essas causas, apoiando as equipes locais na qualificação do cuidado às mulheres e na superação das barreiras encontradas para implementação do melhor cuidado, incluindo o racismo como questão transversal.

Novo Instituto de Oncologia

O Ministério da Saúde participou, na segunda-feira, da inauguração do Instituto de Oncologia e Ciências Médicas de Minas Gerais, um marco para a saúde pública do estado. A nova unidade será dedicada exclusivamente a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A unidade, em Belo

Horizonte, mantida pela Fundação Educacional Lucas Machado (Feluma), foi inspirada no modelo de atendimento rápido, também conhecido como fast-track, que permite a realização de exames e diagnósticos em curto prazo, garantindo acesso ao tratamento em tempo oportuno.

Combate garimpo ilegal

A Operação Desintrusão da Terra Indígena Munduruku (OD-TIMU) intensificou suas ações na última semana, de 17 a 23 de novembro, com 25 intervenções nesse período, chegando a 145 ações desde seu início. Coordenada pelo Governo Federal, a ofensiva registra significativos avanços no

combate à exploração ilegal na Terra Indígena Munduruku, nos municípios de Jacareacanga e Itaituba, no Pará.

Somente nesses sete dias foram R\$ 9 milhões em multas aplicadas pelo Ibama, 20 mil litros de óleo diesel apreendidos e a destruição de equipamento.

Vagas reservadas no Sisu

O Ministério da Educação (MEC) publicou, nesta segunda-feira, 25 de novembro, a Portaria nº 1.127/2024, que altera a Portaria Normativa MEC nº 18/2012. A medida garante vagas reservadas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para estudantes que cursaram

integralmente o ensino médio em escolas situadas em áreas rurais.

A medida visa promover a inclusão social, garantindo que estudantes do campo tenham as mesmas oportunidades de acesso ao ensino superior que os alunos de áreas urbanas.

R\$ 52 milhões para exames

O Ministério da Saúde autorizou o repasse de R\$ 52 milhões para estados e municípios referentes aos exames de pré-natal no âmbito da Rede Alyne.

O custeio engloba exames do Componente Pré-Natal, tais como: testes rápidos de sífilis, HIV, HTLV, Hepatite B e C, ultrassom,

entre outras análises clínicas e de imagem.

O investimento faz parte da atualização da Rede Cegonha, renomeada como Rede Alyne, que visa fortalecer a rede de cuidados às mulheres durante a gestação, parto e pós-parto, e às crianças para.

CNU: notas de candidatos reintegrados disponíveis

Lista de aprovados será conhecida em fevereiro de 2025

Tânia Rêgo/Agência Brasil

Os 32.260 candidatos reintegrados ao Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) já podem conferir os resultados finais das provas objetivas a partir desta segunda-feira (25), na página oficial do concurso.

A mudança ocorre em razão do acordo judicial firmado, na última quinta-feira (21), entre a União, o Ministério Público Federal e a Fundação Cesgranrio, banca examinadora do certame.

O candidato consulta sua situação atualizada na Área do Candidato, com Cadastro de Pessoa Física (CPF) e senha cadastrados no portal do governo federal, o Gov.br. As notas finais das provas objetivas de conhecimentos gerais e específicos na parte "Resultados e convocações" e, em seguida, o participante deve clicar em "Consultar Situação" para acessar a nota para cada um dos cargos inscritos.

No sistema de inscrições, cada candidato terá acesso a uma tela que explicará as situações possíveis: sem alteração, com alteração e alteração com envio de títulos.

De acordo com os editais dos oito blocos temáticos, os candidatos que não atingirem



Os 32.260 candidatos já podem conferir os resultados finais das provas objetivas

a nota mínima nas provas objetivas em quaisquer dos cargos indicados no ato da inscrição, estarão eliminados e, consequentemente, não terá a prova discursiva ou a redação corrigida.

Nos blocos temáticos de 1 a 7, para cargos de nível superior, as provas de conhecimentos gerais e específicos exigem o mínimo de 40% de acertos.

As provas objetivas tiveram

70 questões de múltipla escolha, compostas de 20 questões de conhecimentos gerais, de caráter eliminatório e classificatório, com 50 questões de múltipla escolha de conhecimentos específicos.

Já no bloco número 8, para cargos de nível médio, o candidato deve ter o aproveitamento mínimo de pelo menos 30% de acertos, ou seja, acertar seis questões. As provas objetivas,

de caráter eliminatório e classificatório, tiveram 60 questões, sendo 20 de múltipla escolha de conhecimentos gerais e outras 40 de conhecimentos específicos.

No site do concurso, uma mensagem do tipo pop-up aparece para informar os candidatos que o cronograma do concurso e que o processo seletivo têm novas datas, conforme tabela abaixo.

Mulheres ameaçadas pelos parceiros

Freepik



Pesquisa é do Instituto Patrícia Galvão e da Consulting

No Brasil, duas em cada dez mulheres (21%) já foram ameaçadas de morte por parceiros atuais ou ex-parceiros românticos e seis em cada dez conhecem alguma que vivenciou essa situação. Em ambos os casos, as mulheres negras (pretas e pardas) aparecem em maior número. Os dados são da pesquisa Medo, ameaça e risco: percepções e vivências das mulheres sobre violência doméstica e feminicídio, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e pela empresa Consulting do Brasil.

O levantamento mostra ainda que seis em cada dez mulheres ameaçadas romperam com o agressor, após a intimidação, sendo essa decisão mais comum entre as vítimas negras do que entre as brancas. A pesquisa, divulgado nesta segunda-feira (25), contou com o apoio do Ministério das Mulheres e viabilizado por uma emenda da deputada federal Luiza Erundina (PSOL-SP).

Embora 44% das vítimas tenham ficado com muito medo,

apenas 30% delas prestaram queixa à polícia e 17% pediram medida protetiva, mecanismo que pode determinar que o agressor fique longe da vítima e impedido de ter contato com ela. Esses dados têm relação com outros citados pela pesquisa, o de que duas em cada três mulheres acreditam que os agressores de mulheres permanecem impunes e o de que um quinto apenas acha que acabam na prisão.

Para a maioria das brasileiras (60%), a sensação de que

os agressores não pagam pelo mal que fazem tem relação com o aumento dos casos de feminicídio. No questionário online, respondido, em outubro deste ano, por 1.353 mulheres maiores de idade, 42% das participantes concordaram com a afirmação de que as mulheres ameaçadas de morte imaginam que os agressores jamais vão colocar em prática o que prometem, ou seja, acham que a ameaça não representa um risco real de serem assassinadas por eles.

Ao mesmo tempo, há, no país, um contingente de 80% de mulheres avaliando que, embora a rede de atendimento às mulheres seja boa, não dá conta da demanda. Em relação a formas de enfrentamento à violência, proporção idêntica destaca as campanhas de estímulo a denúncias e as redes sociais como ferramentas poderosas.

Uma parcela significativa, também de 80%, pensa que nem a Justiça, nem as autoridades policiais encaram as ameaças e denúncias formalizadas com a seriedade devida. Também são maioria (90%) as respondentes com a opinião de que as ocorrências de feminicídio aumentaram nos últimos cinco anos.

A diarista Zilma Dias perdeu uma sobrinha em 2011. Não por causa natural, nem acidente. Camila foi morta, aos 17 anos, pelo ex-companheiro, de quem engravidou e tentava se desvencilhar. Como diversas vítimas, a jovem duvidava de que as agressões atingissem seu ponto máximo. Ambas as mulheres pretas.

STF

STF e instituições discutem estratégias

Na última sexta, foi realizada a primeira reunião entre os participantes do Protocolo de Intenções nº 2/2024, firmado entre o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP) e a Procuradoria-Geral do Município de São Paulo (PGM/SP).

O encontro marcou o início das discussões técnicas entre as equipes dos órgãos envolvidos, com objetivo de desenvolver de forma inovadora ações cooperativas para a gestão de precedentes judiciais com atuação em rede. O documento prevê a troca de informações e a realização de estudos conjuntos.

STJ

Pensão especial e por morte não acumulam

Ao reafirmar a jurisprudência segundo a qual não se pode acumular a pensão especial herdada de ex-combatente da Segunda Guerra com outra verba recebida dos cofres públicos, como pensão do INSS, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) esclareceu que a vedação também se aplica aos herdeiros de ex-combatente que passem a receber o benefício especial.

O colegiado manteve decisão que negou o pedido de uma pensionista, filha de ex-combatente, para acumular a pensão que passou a receber após o falecimento do pai, em 1978, com a pensão decorrente da morte do marido, em 2014.

TSE

Presidentes dos TREs debateram no 86º Coptrel

A 86ª edição do encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel), concluída na sexta, em João Pessoa (PB), discutiu temas relacionados à atuação da Justiça Eleitoral, como inteligência artificial, implantação do juiz de garantias e o enfrentamento da desinformação.

O evento foi aberto na noite de quinta (21), com o discurso do presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) e do Coptrel, desembargador Silmar Fernandes. Na cerimônia, o magistrado falou sobre a importância das urnas eletrônicas no último pleito e ressaltou o trabalho da Justiça Eleitoral.

TCU

Fiscalização sobre usina nuclear de Angra 1

A auditoria que avalia o processo de extensão de vida útil da usina nuclear de Angra 1 será analisado nesta quarta-feira (27/11) pelos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU).

O processo (TC 002.077/2024-8), de relatoria do ministro Antonio Anastasia, também trata sobre a gestão do Fundo de Descomissionamento (FDES) das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2.

O Tribunal realizou a auditoria levando em consideração que a vida útil de Angra 1 se encerra em 23 de dezembro deste ano e pode trazer impactos à Eletronuclear, ao setor elétrico e aos consumidores do país.